

ATA 001 DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDH-SC EM 26 DE OUTUBRO DE 2016.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, após solenidade de posse dos conselheiros no CEDH/SC-Biênio 2016/2018, conselheiros titulares e suplentes reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), na Avenida Mauro Ramos, 722 – Centro, Florianópolis - SC, sob a presidência do Sr. Arão Josino, para deliberarem sobre a seguinte: **1. Leitura e aprovação da Ordem do Dia; 2. Eleição da Mesa Diretora 3. Informe Da Proposta de Regimento Interno 4. Cronograma do CEDH 2016 e 2017 5. Informe sobre reunião ampliada CNDH 6. Informes gerais 7. Definição da Pauta para próxima plenária.** O Presidente cumprimentou aos Conselheiros e demais presentes e abriu a plenária solicitando quais representações da sociedade civil se disponibilizariam em concorrer para eleição de vice-presidente do CEDH/SC. A conselheira Erli tomou a palavra e sugeriu a nome de Cynthia Maria Pinto da Luz justificando a indicação por se tratar de uma representação com importantes ações na trajetória dos Direitos Humanos em Santa Catarina. Cynthia se colocou então à disposição para ser votada ponderando acerca da necessidade de se estabelecer uma unidade no Conselho e um trabalho de muita parceria, com diálogos e não súplicas, pedindo boa vontade do governo com orçamento e dinheiro. Finalizada sua fala, sua indicação foi posta em votação e se elegeu como vice-presidente por maioria. Seguiu-se, com o presidente pedindo, mais uma vez, a disponibilidade de outro membro da sociedade civil para concorrer a eleição como Primeiro Secretário. Alexandre Bogas Fraga Gastaldi se colocou a disposição e foi eleito por maioria. Para Segundo Secretário solicitou-se à representação Governamental alguém disponível a concorrer e Antônio Ricardo Machado foi eleito por maioria. Maria Elisa de Caro tomou a palavra para esclarecimentos quanto ao papel da Secretária Executiva, uma vez que não foi prevista a criação de cargo de Secretário(a) Executivo(a) ao CEDH/SC. Explanou que a ATA deverá ser feita pelo 1º ou 2º Secretário, cabendo a Secretaria Executiva(SST) a parte de passagens e/ou diárias. Cynthia solicitou a gravação audiovisual das plenárias. Elisa concordou com a importância de adotar este procedimento, por considerar um evento público e que, portanto deveria proceder da forma mais transparente possível. No entanto tal sugestão ainda está em discussão, por falta de recursos em adquirir os equipamentos e por ser uma polêmica em alguns conselhos este procedimento. Assim, caberá futuramente a cada conselho deliberar a respeito. O presidente falou sobre colocar o áudio já na próxima plenária e o visual será conversado com a GETIN. A Conselheira Erli pediu a palavra indagando que a lei do conselho prevê uma Secretária Executiva, mas o Arão respondeu que apesar da lei que cria o conselho prever a secretaria executiva, a lei complementar 381 de 7 de maio de 2007, que estabelece a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, não permite a designação de um servidor para o cargo de Secretária Executiva para o CEDH/SC. Continuou a pauta referindo-se, a terceira proposta do dia, o Regimento Interno. Sugeriu que um regimento interno preliminar fosse colocado para apreciação por e-mail, veículo pelo qual todos poderiam responder com contribuições, para que na próxima plenária seja aprovado. Prosseguiu, com a pauta 4, iniciando sua fala sobre a cota orçamentária para aquisição de passagens e ausência de diárias, que não permitiu uma agenda muito ampla para 2016, por não contemplar e/ou viabilizar a presença dos conselheiros que residem fora de Florianópolis. Colocou para aprovação somente a Plenária de novembro para concluir 2016 e alinhar todo o cronograma de 2017. Fernanda Lapa interviu sugerindo alinhar juntamente um cronograma com espaço para a sociedade civil se reunir antes da plenária. Erli reforçou que este momento da sociedade civil é praxe, e complementou que se poderia aproveitar o espaço somente da sociedade civil para contemplar outras entidades, mesmo sem cadeira, pensando este momento com status de reunião ampliada. Arão solicitou então a definição da próxima plenária que ficou agendada para 28/11/2016, às 13 horas e 30 minutos, sendo que as salas estariam a disposição o dia todo. Sobre questionamento de como seria feito o edital de convocação para próxima plenária retornou o assunto da ausência de uma secretária executiva, e o Arão elucidou que não é possível colocar um servidor ocupar o cargo, mas que a Secretaria Executiva(SST) terá que dar conta do processo de secretariado. Cynthia se

1

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SANTA CATARINA

50 posicionou sobre a possibilidade de não colocar os Secretários do Conselho a assumir a parte da
51 Secretaria. Erli complementou falando que se saísse desta reunião a deliberação para fazer a ata tudo
52 bem, mas questionava outros serviços que também resultam da reunião como: contatos a serem
53 realizados, carimbos, ofícios etc. Arão respondeu que não será colocado, aos conselheiros, questões
54 burocráticas que demandam tempo e muita energia. Prosseguiu na ordem de pauta do dia, com o
55 informe sobre sua participação na reunião ampliada do CNDH em Brasília. Arão relatou que essa foi a
56 primeira reunião do CNDH com a participação dos estados, destacou que a situação do sistema
57 carcerário do Brasil foi a pauta mais debatida no encontro e que na oportunidade representantes
58 governamentais e da sociedade civil tiveram a oportunidade de desenhar um mapa da violação dos
59 direitos humanos no Brasil. A sociedade civil, representada na fala da conselheira Erli Camargo,
60 justificou a ausência de Rafaela Felipe Kohler, que representaria em tal reunião, porque a Secretaria
61 Nacional não adquiriu as passagens, conforme acordado. Neste momento, a representante da Secretaria
62 Estadual de Educação, Margarete da Rosa Vieira, pediu a palavra, se apresentou e tomou posse junto
63 com Julia Siqueira da Rocha, pois não haviam chegado a tempo na solenidade que presidiu a plenária.
64 Maria Elisa, Diretora dos Direitos Humanos/SST, fez um adendo, ainda sobre a pauta 4, referente ao
65 cronograma, reforçando sobre a necessidade de estipular um dia da semana para acontecerem as
66 plenárias para conciliar o calendário com todos os conselhos, informando que a agenda do colegiado,
67 por exemplo, fica bem ocupada nas segundas-feiras. Erli Camargo pediu a palavra e fortaleceu o
68 informe de que a sociedade civil não compareceu na reunião ampliada do Conselho Nacional porque a
69 nacional não encaminhou passagens e ponderou que por ser ela, conselheira do Movimento Nacional
70 de Direitos Humanos, e também coordenadora estadual do MNDH-SC, por haver sido responsável
71 pelas oficinas estaduais sobre Direitos Sociais em 2014-2015, foi convidada pela ONU-BR, para
72 oficina nacional sobre o PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ou
73 simplesmente Direitos Sociais), nos dias 24 e 25 de outubro/2016 em Brasília. A oficina contou com
74 representantes de entidades e movimentos da sociedade civil de todo o Brasil, sendo que de SC
75 participaram mais dois representantes de povos indígenas, da cidade de José Boiteux, um deles,
76 presidente do Conselho Estadual de Indígenas. Foi uma atividade de aprendizado e análise de situações
77 as mais variadas referentes às violações de direitos sociais no nosso país, onde exercitou-se a
78 elaboração de relatório paralelo (ou sombra) da sociedade civil ao Comitê de Direitos Humanos da
79 ONU. Contou a oficina com a presença do representante brasileiro no CDESC/ONU, o Sr. Renato
80 Zerbini, o qual fez uma abordagem panorâmica acerca do atual momento pelo qual passa o CDESC,
81 refletindo sobre como pode a sociedade civil encaminhar seus relatórios periódicos, bem como, da
82 importância de se manter viva a prática de envio de relatórios e de seu monitoramento no âmbito
83 doméstico, já que nem sempre o que o relatório oficial enviado pelo governo federal corresponde à
84 realidade. Na ocasião, também foram estudados documentos publicados pela ONU, bem como tomado
85 conhecimento imediato do informe oficial publicado pelo governo federal no dia 25/11. Informou
86 ainda a conselheira Erli, sobre a consulta pública a esse respeito que foi aberta também pela SDH, a
87 qual merece a participação de todas as organizações e defensores de direitos humanos. Finalizou
88 apresentando subsídios teóricos e informativos trazidos da referida oficina, doando dois livros sobre o
89 mesmo tema ao CEDH-SC, os quais foram entregues à conselheira Cynthia Pinto, então recém eleita,
90 vice-presidente do CEDH/SC. Fernanda Lapa, pediu a palavra, e passou como informe geral, que o
91 Estado Brasileiro tinha acabado de abrir para consulta pública o relatório oficial que ele fez sobre
92 direitos humanos para o 3º ciclo da Revisão Periódica Universal(RPU) do Brasil no Conselho de
93 Direitos Humanos da ONU. O prazo era até dia 4 de Novembro, mas acabou sendo prorrogado para
94 dia 14 de Novembro de 2016. Estando disponível no site da Secretaria de Direitos Humanos do
95 Ministério da Justiça. Alexandre Bogas Fraga Gastaldo, então recém eleito como 1º Secretário,
96 perguntou se havia capacitação para conselheiros e solicitou que algo neste sentido fosse pensado e
97 providenciado. Perguntou ainda qual era o papel da suplência. Arão argumentou que o suplente tem
98 o papel de dar continuidade na representação da instituição, quando o titular não se faz presente,
99 mas que só teria disponível, no momento, passagens para 1 conselheiro de fora de Florianópolis,

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "Erli A.C." and other illegible marks.

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SANTA CATARINA

100 acarretando para tais instituições a dificuldade de fazer com que ambos representantes(titular e
101 suplente) acompanhassem todo o processo. Delegado Ilson pediu a palavra, desculpou-se pelo
102 atraso, e falou sobre a Emenda 67, em que o Conselho da Juventude está pleiteando alteração
103 referente a representatividade paritária no conselho e desafiou o CEDH/SC a se debruçar nesta
104 emenda que colocar a sociedade civil como majoritária. A vereadora Maria Teresa Capra, de São
105 Miguel do Oeste, se levantou e ponderou sobre a importância e confiança que a câmara de
106 vereadores emprega no Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina. João Joffily
107 Coutinho da ADEPESC, perguntou, por sua vez, a respeito da construção da pauta para próxima
108 reunião e ficou articulado de antemão a tratativa sobre: Regimento Interno, Pec 241, mapa estadual
109 de violação dos direitos humanos, capacitação dos conselheiros, cronograma de plenárias para 2017
110 e informes. Cynthia colocou 2 encaminhamentos que faria: primeiro estaria providenciando uma lista
111 de email da sociedade civil para eles se articularem e segundo, em relação ao material recebido por
112 ela das mãos da Erli, seria providenciado o catalogo e a criação de um acervo para consulta de todos
113 os conselheiros. Arão prosseguiu dando a plenária por encerrada, às 16 horas e 30 minutos.

Aracjose
Erli A. Camargo
Thull
Tomaz Longo
Ghez
Maurício Rodrigues
Guzi 2. do Anual
Guzi
D. S. S. S. S.
Ariane C. M. de Souza